ANEXO 05
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL

(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu **Emanuela Rodrigues Rezende de Oliveira**, portador da carteira de identidade n° **5993-030**, e CPF n° **093.437.789-88** , acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de **Eng de Produção e sistemas** da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço **José Quintino da Silva – São Cristóvão - Barra velha**, nº **1248**, sendo que o valor total do aluguel é de R$ **1100** (legível) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R$ **550** (legível).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): Caroline Regina Custódio.

gov.br Documento assinado digitalmente
CAROLINE REGINA CUSTODIO
Data: 16/03/2026 23:00:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura e telefone: **(47) 98466-6652**

2. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Data: 16/03/2026

gov.br Documento assinado digitalmente
EMANUELA RODRIGUES REZENDE DE OLIVEIRA
Data: 16/03/2026 22:49:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei N° 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: "Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos".